



NOME DO CANDIDATO: _____

DOC. DE IDENTIFICAÇÃO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA
CONHECIMENTOS ESPECIFICOS – QUESTÕES OBJETIVAS
REDAÇÃO

ORDEM DAS QUESTÕES:

(01 - 15)
(16 - 50)
(TEMA DE REDAÇÃO)



SUA PROVA

- Este caderno de prova, contém: 15 questões de língua portuguesa, 35 questões objetivas, 1 redação dissertativa.
- Você receberá 1 cartão-resposta destinado às respostas das questões objetivas.
- Você receberá 1 folha oficial para Redação.

=

TEMPO

- O tempo disponível para a realização da prova, é de 3 horas e 30 minutos.
- 60 minutos após o início da prova é possível retirar-se da sala.



É PROIBIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Sair de sala sem autorização do fiscal de sala.
- Levar a prova antes de finalizar 03 horas de prova.
- Copiar o gabarito em papel, na roupa ou em qualquer parte do corpo, sendo somente permitido no local indicado na prova.



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de respostas (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira se seus dados pessoais, nome, CPF e curso estão corretos no cartão-resposta.
- Use somente caneta esferográfica com tinta preta ou azul para preencher o cartão-resposta.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta em caso de erro.
- Preencha todo o espaço da opção escolhida para a resposta. A marcação em mais de uma opção, anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Trilha do Amor

Esses dias eu fui fazer uma trilha com meu namorado. Não, eu não sou fã de trilhas, nem do contato próximo com as plantas e os animais. É de longe minha última opção de lazer. Mas, desde que eu comecei a namorar, há quase dois anos, meu namorado fala que quer me levar para conhecer o Pico do Jaraguá. Foram muitas insistências dele e desistências minhas, até finalmente irmos. Era manhã de um sábado de outono e o céu estava nublado. Ele me buscou em casa e nos deslocamos até o Parque Estadual do Jaraguá. Foram 40 minutos dele dirigindo e eu guiando errado, já que minha preocupação maior era em escolher as músicas ao invés de olhar o GPS. Finalmente chegamos, estacionamos o carro e fomos para a trilha. No site, marcava 1800km, pouco, mas já adianta que para mim foram muito mais. Ao longo do caminho, enquanto eu tentava manter o fôlego, comecei a pensar em algumas coisas, e olhando para ele ao meu lado e para a trilha a minha frente, percebi o quanto o amor é semelhante a uma trilha. Para começar, ambos são uma escolha, porque o amor não é apenas um sentimento como a paixão. Da mesma forma que escolhemos fazer uma trilha, nós escolhemos amar todos os dias, apesar dos defeitos e imperfeições, nós escolhemos continuar. E de forma semelhante, nesse processo existem obstáculos que precisamos enfrentar, sejam pedras, aranhas, macaquinhos querendo pegar sua comida, ou ciúmes, teimosia, medo e outras adversidades que você só descobre quando começa a caminhar. O caminho é longo, às vezes cansativo e difícil, e às vezes você quer desistir. Mas quando você tem um parceiro, fica mais fácil lidar com os problemas que aparecem porque vocês estão juntos. E então, quando aparece uma cobra do nada no meio do percurso, o que foi o nosso caso, o medo e o desespero se transformam em risadas e piadas. Depois de muito caminhar, nós chegamos ao topo. E aí, foi só sentar e apreciar aquela vista, admirar o trabalho de Deus e agradecer por aquele momento. Até o sol apareceu para deixar tudo mais especial. Foi um momento de paz, harmonia e calma, em que a cumplicidade exalou o amor. E ali ficamos, o máximo de tempo possível, entre risadas e apreciações. Mas é hora de voltar e recomeçar a caminhada porque o amor tem que ser estável, mas não estático. E juntos, recomeçamos a caminhada, dessa vez, mais leve que a primeira porque quanto mais você conhece algo, mais tranquilo fica o percurso. E quando chegamos ao final dessa nova trilha, nós paramos, aproveitamos a vista e recomeçamos porque o amor é uma escalada, mas com uma vista ótima.

O texto acima foi extraído de:

SANTOS, Julia Castanha dos. Trilha do amor. *In*: MALULY, Luciano Victor Barros; MUÑOZ, Daniel Azevedo; TÔZO, Carla de Oliveira (org.). **Crônicas para ler e ouvir**. São Paulo: ECA-USP, 2023. v. 2, p. 13-14.

A partir do texto, responda às questões de 1 a 4.

01. Sobre o texto, marque a opção correta:

- a) A autora atendeu de modo rápido o pedido do namorado para que eles fossem fazer uma trilha juntos.
- b) A autora gosta muito de desfrutar a natureza.
- c) A autora considerou o trajeto para chegar ao Pico do Jaraguá muito rápido.
- d) A autora, em nenhum momento, desejou desistir da trilha.
- e) O amor supera diferenças e coopera para que os obstáculos sejam enfrentados e vencidos.

02. No período “Era manhã de um sábado de outono e o céu estava nublado”, a palavra céu é um:

- a) Ditongo nasal.
- b) Ditongo oral.
- c) Hiato.
- d) Dígrafo.
- e) Ditongo crescente.

03. Em “E ali ficamos, o máximo de tempo possível, entre risadas e apreciações”, a palavra “entre” se configura como:

- a) Artigo.
- b) Pronome.
- c) Preposição.
- d) Conjunção.
- e) Advérbio.

04. Observe o trecho sublinhado a seguir e marque o tipo de figura de linguagem que ele se classifica:

“Aproveitamos a vista e recomeçamos porque o amor é uma escalada.”

- a) Metáfora.
- b) Hipérbole.
- c) Eufemismo.
- d) Litote.
- e) Ironia.

05. Quanto à pontuação, analise as assertivas a seguir:

- I. Eliana você gostaria de ir ao teatro comigo?
- II. Não aprecio bolo de chocolate mas, amo bolo de abacaxi.
- III. Reginaldo e Sabrina, fizeram uma deliciosa feijoada.
- IV. Edgar, cirurgião conceituado, participará do congresso como palestrante.

Marque a opção correta:

- a) As assertivas I e IV estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I e III estão corretas.
- d) Somente a assertiva IV está correta.
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

06. Assinale a alternativa que corresponde a um texto injuntivo:

- a) Crônica.
- b) Seminário.
- c) Resenha.
- d) Receita culinária.
- e) Biografia.

07. Relacione a primeira coluna com a segunda:

Primeira coluna	Segunda coluna
(1) Onomatopeia	() Quem foi essa pessoa tão “maravilhosa” que fez a “proeza” de desligar a geladeira?
(2) Ironia	() Marcelo é o amor da minha vida, o companheiro de todos os dias, o amigo presente.
(3) Apóstrofe	() Antônio escutou o telefone trim, trim, trim... correu e ainda conseguiu atender à chamada de sua mãe.
(4) Zeugma	() Ó meu Deus! Ouve-me e tenha misericórdia da Terra!

Marque o item correto:

- a) (2), (4), (1), (3).
- b) (2), (3), (1), (4).
- c) (3), (4), (2), (1).
- d) (3), (2), (4), (1).
- e) (4), (1), (2), (3).

08. Escolha a opção em que o plural do substantivo está incorreto:

- a) Camafeu = camafeus.
- b) Figurão = figurões.
- c) Balãozinho = balõezinhos.
- d) Guarda-chuva = guardas-chuvas.
- e) peroba-do-campo = perobas-do-campo.

09. Quanto à ortografia, qual o item em que todas as palavras estão corretas?

- a) Altesa; pretensão; persuasão.
- b) Percussão; encomodar; quiz.
- c) Salcicha; largatixa; extender.
- d) Rúbrica; simplismente; através.
- e) Basculante; assessoria; ascensorista.

10. Leia atentamente as sentenças abaixo e complete as lacunas com os termos que dão sentido ao contexto das orações.

- I. O _____ foi belíssimo e a soprano interpretou algumas músicas italianas (Conserto/concerto).
- II. Eliaquim, _____ 10 anos fala que deseja se mudar do bairro em que vive, mas _____ pouca vontade de sua filha de querer deixar seus amigos, o impede (a/há ou há/a).
- III. Por _____ daquele morro existe uma lagoa límpida e linda (traz/trás).
- IV. Bartolomeu todos os dias _____ seu violão para tocar durante o intervalo das aulas (trás/traz).
- V. _____ em casa ou no trabalho, o importante é estar feliz (Seje/seja).

Marque a alternativa correta:

- a) I. Concerto; II. há e a; III. trás; IV. traz; V. seja.
- b) I. Conserto; II. há e a; III. traz; IV. trás; V. seje.
- c) I. Conserto; II. a e há; III. trás; IV. traz; V. seja.
- d) I. Concerto; II. a e há; III. trás; IV. traz. V. seje.
- e) I. Conserto; II. a e há; III. traz; IV. trás. V. seja.

11. Considere V para verdadeiro e F para falso:

- () A palavra baleia é um substantivo epiceno.
- () A palavra criança é um substantivo sobrecomum.
- () A palavra artista é um substantivo comum de dois.

Marque a opção correta:

- a) (V), (V), (V).
- b) (V), (V), (F).
- c) (F), (V), (F).
- d) (F), (F), (F).
- e) (V), (F), (F).

12. Considerando os tipos de adjetivos, relacione a primeira coluna com a segunda:

(1) Adjetivo composto	() Bonito
(2) Adjetivo pátrio	() Formoso
(3) Adjetivo primitivo	() Verde-claro
(4) Adjetivo derivado	() Cearense

Escolha a opção correta:

- a) (4), (3), (1), (2).
- b) (3), (4), (1), (2).
- c) (3), (1), (4), (2).
- d) (4), (1), (3), (2).
- e) (2), (3), (1), (4)

13. Quanto à regência dos verbos, considere V para verdadeiro e F para falso:

- () Joaquim aspirou ao pó do carpete.
- () Desde criança, Nelson aspirava ao cargo de oficial do Exército.
- () O concurso visa preencher as vagas referentes à profissão de bombeiro hidráulico.
- () Vou assistir o filme que está passando no horário das 14h.

Marque a alternativa correta:

- a) (V), (F), (F), (V).
- b) (V), (F), (V), (F).
- c) (F), (V), (F), (V).
- d) (F), (V), (V), (F).

e) (F), (V), (F), (F).

14. Relacione a primeira coluna com a segunda, conforme o tipo de advérbio que está destacado em cada oração:

Primeira coluna	Segunda coluna
(1) Certamente, viajarei amanhã para Paris	() Advérbio de intensidade
(2) Aline e Carlos, provavelmente, esqueceram o celular devido estarem com pressa para pegar o ônibus.	() Advérbio de modo
(3) O vestido estampado agradou bastante a cliente da loja.	() Advérbio de afirmação
(4) Você está de salto alto, por isso ande devagar para não cair.	() Advérbio de dúvida

Marque o item correto:

- a) (4), (3), (2), (1).
- b) (3), (2), (4), (1).
- c) (4), (3), (1), (2).
- d) (3), (4), (1), (2).
- e) (2), (4), (1), (3).

15. Marque a opção que apresenta a concordância verbal correta:

- a) 90% dos alunos aprovou a nova quadra de esportes do colégio em que estudam.
- b) Cerca de dez pessoas dançou forró no mercado central da cidade.
- c) Mais de dez gatos foram adotados durante a feira no *shopping*.
- d) A Minas Gerais são um estado histórico.
- e) Os Estados Unidos é um país com muitas praias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A evolução dos direitos humanos no Brasil passou por diversas fases e documentos importantes. Qual dos marcos a seguir é considerado um ponto crucial na evolução dos direitos humanos no país?

- a) A Lei Áurea de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil.
- b) A Constituição de 1934, que incluiu pela primeira vez direitos sociais.
- c) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, adotada pela ONU.
- d) A Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", que ampliou os direitos civis, sociais e políticos.
- e) A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, ratificada pelo Brasil em 2008.

17. A Constituição Federal de 1988 consagra diversos direitos sociais aos cidadãos brasileiros. Qual dos seguintes direitos sociais foi incluído no texto constitucional apenas em 2010, através da Emenda Constitucional nº 64?

- a) Educação
- b) Saúde
- c) Alimentação
- d) Trabalho
- e) Moradia

18. As políticas sociais no Brasil têm como objetivo garantir o bem-estar da população e assegurar os direitos sociais previstos na Constituição Federal. Qual das seguintes afirmações sobre políticas sociais e a perspectiva dos direitos está INCORRETA?

- a) As políticas sociais visam reduzir desigualdades e promover a inclusão social.
- b) As políticas sociais são responsabilidade exclusiva do governo federal.
- c) A educação, saúde e assistência social são exemplos de áreas abrangidas pelas políticas sociais.
- d) A implementação das políticas sociais deve observar os princípios da universalidade e da equidade.
- e) As políticas sociais devem ser fundamentadas nos direitos humanos e sociais garantidos pela Constituição.

19. O Serviço Social é uma profissão comprometida com a questão social e a promoção dos direitos humanos. Qual das seguintes afirmações melhor descreve a atuação do assistente social no Brasil?

- a) O assistente social atua exclusivamente em órgãos governamentais.
- b) A principal função do assistente social é a arrecadação de fundos para organizações de caridade.
- c) O assistente social tem como objetivo principal promover a inclusão social e garantir o acesso aos direitos sociais.
- d) O assistente social trabalha principalmente com a área de educação.
- e) O assistente social apenas presta serviços de aconselhamento psicológico.

20. O debate contemporâneo no Serviço Social aborda o enfrentamento às discriminações de gênero, raça e capacitismo. Em relação a esse contexto, qual das seguintes afirmações melhor descreve a dimensão pedagógica da prática do/a assistente social?

- a) A dimensão pedagógica do/a assistente social se restringe ao ambiente escolar.
- b) O/a assistente social deve evitar temas polêmicos como discriminação de gênero, raça e capacitismo para manter a neutralidade.
- c) A dimensão pedagógica envolve a conscientização e educação da população sobre direitos e formas de combate às discriminações de gênero, raça e capacitismo.
- d) O/a assistente social não tem papel relevante na promoção da igualdade de gênero, raça e inclusão de pessoas com deficiência.
- e) A prática do/a assistente social deve focar apenas na assistência emergencial, sem envolver aspectos educativos ou preventivos.

21. No contexto contemporâneo, o Serviço Social enfrenta diversos desafios e debates importantes. Qual das seguintes afirmativas descreve corretamente um dos principais debates atuais no campo do Serviço Social?

- a) A centralização do Serviço Social exclusivamente em intervenções de emergência, deixando de lado a prevenção e a educação.
- b) A desvalorização da formação acadêmica em Serviço Social, priorizando experiências práticas sem embasamento teórico.

- c) A necessidade de integrar a abordagem dos direitos humanos e a luta contra as desigualdades sociais, incluindo questões de gênero, raça e capacitismo, na prática do/a assistente social.
- d) A exclusão do/a assistente social das políticas públicas de saúde e educação, focando apenas na assistência social.
- e) A atuação do/a assistente social voltada exclusivamente para a esfera privada, sem envolvimento com políticas públicas.

22. A dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social é fundamental para a intervenção profissional com indivíduos, famílias, grupos e populações. Qual das seguintes afirmações melhor descreve essa dimensão?

- a) A dimensão técnico-operativa se restringe ao preenchimento de formulários e relatórios.
- b) A dimensão técnico-operativa envolve o uso de métodos e técnicas específicos para planejar e executar intervenções que visam promover direitos e atender às necessidades sociais de indivíduos, famílias, grupos e populações.
- c) A dimensão técnico-operativa é exclusivamente voltada para a administração de recursos financeiros e materiais.
- d) A dimensão técnico-operativa prioriza apenas a gestão de casos de emergência social.
- e) A dimensão técnico-operativa exclui a utilização de ferramentas tecnológicas no acompanhamento dos usuários.

23. O projeto ético-político do Serviço Social é um conceito central para a prática da profissão. Qual das seguintes afirmações sobre o projeto ético-político da profissão está correta?

- a) O projeto ético-político da profissão é orientado exclusivamente por normas técnicas e procedimentos administrativos.
- b) O projeto ético-político visa a autonomia dos profissionais de Serviço Social, sem a necessidade de alinhamento com princípios éticos e sociais.
- c) O projeto ético-político busca a articulação entre a ética profissional e a atuação política para promover a justiça social, os direitos humanos e a inclusão social.
- d) O projeto ético-político é um conceito desatualizado e não influencia a prática atual do Serviço Social.
- e) O projeto ético-político se concentra apenas na defesa dos interesses individuais dos assistentes sociais.

24. A regulamentação da profissão de assistente social no Brasil visa assegurar a prática ética e profissional. Qual das seguintes alternativas corretamente descreve um aspecto da regulamentação profissional do Serviço Social?

- a) A Lei nº 8.662/1993 não prevê a criação de Conselhos Regionais para supervisionar o exercício da profissão.
- b) O registro profissional no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) é obrigatório para o exercício legal da profissão de assistente social.
- c) O Código de Ética do Serviço Social é facultativo e não tem relação com a regulamentação profissional.
- d) Apenas a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABRESS) é responsável por regulamentar a atuação dos assistentes sociais.
- e) Os assistentes sociais podem atuar em qualquer área sem a necessidade de respeitar as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 8.662/1993.

25. A dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social é complexa e envolve diversas competências e práticas. Qual das seguintes alternativas melhor reflete uma abordagem avançada na dimensão técnico-operativa da atuação do assistente social?

- a) A intervenção do assistente social deve se limitar ao uso de protocolos padronizados, sem considerar as especificidades dos contextos e das necessidades dos usuários.
- b) O planejamento das ações deve ser feito exclusivamente com base em indicadores quantitativos, desconsiderando a análise qualitativa dos casos e contextos.
- c) A atuação técnica deve ser centrada apenas na resolução imediata de problemas, sem planejamento a longo prazo ou avaliação de impacto das intervenções.
- d) O assistente social deve concentrar-se apenas na aplicação de técnicas terapêuticas individuais, sem considerar a influência dos fatores socioeconômicos e culturais.
- e) A prática avançada na dimensão técnico-operativa inclui a integração de métodos qualitativos e quantitativos para uma análise abrangente das situações, e a adaptação das estratégias interventivas conforme as particularidades dos usuários e contextos.

26. No contexto das relações institucionais, o trabalho do Assistente Social frequentemente envolve interações com diversas entidades e a negociação de recursos e políticas. Essas relações são essenciais para a execução das políticas sociais e para a eficácia das intervenções. O assistente social deve gerenciar e articular suas ações dentro e fora da instituição, garantindo a articulação entre as demandas dos usuários e os recursos disponíveis.

Pergunta:

Considerando a importância das relações institucionais para a prática do Assistente Social, qual das seguintes afirmações reflete adequadamente uma abordagem avançada para gerenciar essas relações e maximizar a eficácia das intervenções?

- a) O Assistente Social deve focar exclusivamente nas demandas internas da instituição, negligenciando a interação com entidades externas para evitar conflitos e garantir a simplicidade na gestão.
- b) A gestão das relações institucionais deve ser realizada de forma isolada, sem considerar o impacto das políticas externas sobre a prática e as necessidades dos usuários.
- c) O Assistente Social deve estabelecer e manter relações institucionais colaborativas e estratégicas, promovendo a integração entre diferentes entidades e redes de apoio, para garantir a coordenação e a eficácia das políticas e intervenções.
- d) A atuação do Assistente Social deve ser restrita à aplicação de normas e procedimentos institucionais, sem envolvimento em negociações ou adaptação às mudanças nas políticas sociais.
- e) O Assistente Social deve limitar seu trabalho à implementação de estratégias de curto prazo, sem considerar o planejamento e a articulação com parceiros institucionais para ações a longo prazo.

27. Considerando as diretrizes do Código de Ética do Assistente Social, qual das seguintes afirmações reflete corretamente uma aplicação avançada e contextualizada dos princípios éticos na prática profissional?

- a) O assistente social deve promover a equidade e a justiça social, considerando as especificidades dos contextos sociais, econômicos e culturais dos usuários, e atuando na defesa intransigente dos direitos humanos.
- b) O assistente social deve priorizar as normas institucionais sobre os princípios éticos, mesmo que essas normas conflitem com os direitos dos usuários.
- c) O assistente social deve atuar de forma neutra, sem considerar as desigualdades sociais ou os direitos humanos, para manter a imparcialidade no atendimento.
- d) A ética profissional exige que o assistente social mantenha sua prática restrita ao âmbito técnico-operacional, sem se envolver em questões políticas ou sociais.
- e) O assistente social deve seguir o Código de Ética apenas em situações em que não há conflito com os interesses da instituição onde trabalha.

28. Considerando a importância das relações institucionais no contexto da atuação do Assistente Social, qual das seguintes afirmativas reflete uma prática avançada e alinhada à perspectiva crítica de Yamamoto (2008)?

- a) O Assistente Social deve atuar estritamente dentro dos limites estabelecidos pela instituição, evitando questionar as políticas vigentes para manter a neutralidade profissional.
- b) As relações institucionais devem ser gerenciadas de forma passiva, aceitando as diretrizes impostas pelos órgãos superiores, mesmo que isso contrarie os princípios de justiça social.
- c) O Assistente Social deve priorizar o cumprimento de metas institucionais, mesmo que isso signifique comprometer o atendimento integral às necessidades dos usuários.
- d) A atuação do Assistente Social deve concentrar-se apenas na prestação de serviços diretos aos usuários, sem envolvimento nas relações institucionais ou na formulação de políticas.
- e) O Assistente Social deve engajar-se ativamente nas relações institucionais, utilizando esses espaços para promover o debate crítico, influenciar políticas públicas e defender os interesses e direitos dos usuários, conforme a perspectiva crítica de transformação social.

29. No Serviço Social, a dimensão investigativa é crucial para a construção do conhecimento e para a qualificação da intervenção profissional. Segundo Netto (2005), a prática do Assistente Social deve ser dialética, integrando teoria e prática por meio de uma investigação contínua que permita compreender as dinâmicas sociais e responder de forma crítica às demandas dos usuários e da sociedade. Essa dimensão investigativa não apenas sustenta a intervenção, mas também contribui para o desenvolvimento da própria área do conhecimento, gerando novos saberes e práticas.

Pergunta:

Considerando a importância da dimensão investigativa na construção do conhecimento e na prática profissional do Assistente Social, qual das seguintes alternativas reflete uma aplicação avançada e crítica dessa dimensão?

- a) A investigação no Serviço Social deve se limitar à coleta de dados estatísticos, sem necessidade de análise crítica dos contextos sociais.
- b) A dimensão investigativa deve ser tratada como uma atividade secundária e opcional na prática do Assistente Social, sem impacto direto na intervenção profissional.
- c) A construção do conhecimento no Serviço Social deve basear-se exclusivamente em teorias pré-estabelecidas, sem questionamento ou adaptação às realidades emergentes dos contextos sociais.

- d) A dimensão investigativa deve ser contínua e crítica, integrando teoria e prática para compreender as dinâmicas sociais e desenvolver intervenções fundamentadas e inovadoras, contribuindo para a construção do conhecimento no campo do Serviço Social.
- e) A dimensão investigativa deve focar apenas na aplicação de técnicas já consagradas, sem espaço para a experimentação ou desenvolvimento de novas abordagens metodológicas.

30. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O SUAS organiza as ações de assistência social no Brasil, estruturando-se em níveis de proteção social básica e especial, com o objetivo de garantir a universalização dos direitos sociais e a promoção da equidade. De acordo com Yazbek (2009), o SUAS representa um avanço significativo na consolidação da assistência social como política pública, rompendo com o caráter assistencialista tradicional e reforçando a centralidade da assistência social na luta pela cidadania.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Yazbek (2009) sobre o SUAS, qual das alternativas a seguir reflete uma compreensão avançada da implementação e dos desafios do Sistema Único de Assistência Social?

- a) O SUAS deve priorizar ações emergenciais e pontuais, sem se preocupar com a estruturação de redes de proteção social contínuas e integradas.
- b) A implementação do SUAS dispensa a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal, pois cada nível de governo atua de forma independente.
- c) A centralidade do SUAS na política de assistência social está na construção de uma rede integrada e contínua de proteção, que articule as esferas governamentais e promova a universalização dos direitos, enfrentando a desigualdade social de maneira estruturada.
- d) O SUAS deve focar apenas na distribuição de benefícios financeiros, sem considerar a necessidade de serviços continuados e a construção de vínculos comunitários.
- e) A efetividade do SUAS não depende da capacitação contínua dos profissionais de assistência social, já que o sistema se baseia em procedimentos padronizados que dispensam a reflexão crítica.

31. A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) é um marco regulatório que estabelece as diretrizes para a gestão, financiamento e organização dos serviços socioassistenciais no Brasil. Conforme definido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e regulamentado pela NOB/SUAS, a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, devendo ser prestada de forma descentralizada e participativa. Segundo Sposati (2009), a NOB/SUAS representa um avanço significativo na consolidação do SUAS, ao detalhar os mecanismos de articulação entre os entes federativos e reforçar a importância do controle social e da participação popular na gestão da assistência social.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Sposati (2009) e na contextualização sobre a NOB/SUAS, qual das alternativas a seguir reflete uma compreensão avançada dos desafios e da operacionalização da Norma Operacional Básica do SUAS?

- a) A NOB/SUAS estabelece uma gestão descentralizada e participativa, promovendo a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal, e incentivando o controle social e a participação popular como elementos essenciais para a efetivação dos direitos socioassistenciais.

- b) A NOB/SUAS desconsidera a importância do controle social, focando exclusivamente na regulamentação dos procedimentos administrativos e financeiros.
- c) A NOB/SUAS centraliza a gestão da assistência social na esfera federal, diminuindo a autonomia dos municípios na implementação dos serviços socioassistenciais.
- d) A NOB/SUAS limita-se a regulamentar o financiamento dos serviços socioassistenciais, sem prever mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas implementadas.
- e) A implementação da NOB/SUAS reduz a capacidade dos Conselhos de Assistência Social de influenciar a formulação e execução das políticas públicas, priorizando a burocratização dos processos.

32. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), é um marco na organização dos serviços ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela define e normatiza os serviços ofertados em níveis de proteção social básica e especial, visando garantir a uniformidade e a qualidade dos atendimentos prestados em todo o território nacional. De acordo com Miotto (2011), a tipificação é essencial para a consolidação do SUAS, pois organiza os serviços de maneira clara e objetiva, facilitando a gestão e o monitoramento das ações socioassistenciais, além de assegurar que os serviços sejam ofertados de acordo com as especificidades e vulnerabilidades das populações atendidas.

Pergunta:

Considerando a análise de Miotto (2011) e os princípios que regem a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, qual das alternativas a seguir reflete uma compreensão avançada sobre os impactos e a implementação desse instrumento no âmbito do SUAS?

- a) A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais permite que os municípios criem serviços específicos sem seguir critérios padronizados, promovendo a flexibilidade na oferta dos serviços.
- b) A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais estabelece uma padronização necessária para garantir a equidade e a qualidade dos serviços prestados, ao mesmo tempo em que permite a adaptação dos serviços às realidades locais, respeitando as particularidades de cada território.
- c) A tipificação desconsidera as especificidades regionais e impõe um modelo uniforme de atendimento, limitando a capacidade dos municípios de adaptar os serviços às necessidades locais.
- d) A tipificação concentra a oferta de serviços exclusivamente na proteção social especial, negligenciando a importância da proteção social básica na prevenção de riscos e vulnerabilidades.
- e) A implementação da tipificação diminui a capacidade dos profissionais de Serviço Social de atuar de maneira crítica e criativa, ao impor um conjunto rígido de normas e procedimentos que devem ser seguidos.

33. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109 de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), é um instrumento normativo essencial para a organização e a execução dos serviços no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A tipificação define, de forma padronizada, os serviços ofertados pela assistência social, classificando-os em diferentes níveis de proteção – básica e especial. Segundo Miotto (2010), a Tipificação Nacional é fundamental para garantir a equidade e a qualidade na oferta dos serviços, além de possibilitar o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas, assegurando que atendam às necessidades dos usuários de maneira eficaz.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Mioto (2010) e na contextualização sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, qual das alternativas a seguir reflete uma compreensão avançada da importância e dos desafios na implementação da Tipificação?

- a) A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais impede a personalização dos atendimentos, pois estabelece diretrizes rígidas que não permitem adaptações às especificidades locais.
- b) A Tipificação Nacional desconsidera a necessidade de monitoramento e avaliação contínuos dos serviços, uma vez que todos os serviços já estão previamente definidos pela norma.
- c) A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais promove a equidade e a qualidade dos serviços ao padronizar as ofertas, ao mesmo tempo em que permite a adaptação dos serviços às realidades locais, garantindo que as necessidades específicas dos usuários sejam atendidas de forma eficaz.
- d) A Tipificação Nacional é um instrumento meramente burocrático que não contribui para a organização dos serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS.
- e) A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais centraliza a oferta de serviços exclusivamente na esfera municipal, desconsiderando a articulação com as esferas estadual e federal.

34. A gestão de benefícios no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) envolve a operacionalização de transferências de renda e benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (atualmente, Auxílio Brasil). Segundo Yazbek (2014), a gestão de benefícios no âmbito da assistência social deve ir além da simples distribuição de recursos financeiros. Ela deve ser integrada a um conjunto de ações que promovam a autonomia e a inclusão social dos beneficiários, evitando que a assistência social se reduza a um caráter meramente assistencialista. Além disso, a gestão eficaz dos benefícios exige uma articulação intersetorial, garantindo que os beneficiários tenham acesso a outros serviços e políticas públicas que possam contribuir para sua emancipação social.

Pergunta:

Considerando a perspectiva crítica de Yazbek (2014) sobre a gestão de benefícios no SUAS, qual das seguintes alternativas reflete uma compreensão aprofundada dos desafios e da complexidade dessa gestão?

- a) A gestão de benefícios no SUAS deve focar exclusivamente na correta aplicação dos recursos financeiros, sem a necessidade de integração com outras políticas públicas ou serviços.
- b) A gestão de benefícios deve ser vista como um fim em si mesma, concentrando-se na distribuição de recursos como a principal forma de proteção social, sem a necessidade de ações complementares.
- c) A gestão de benefícios no SUAS deve priorizar a eficiência burocrática, garantindo a rapidez na concessão dos benefícios, mesmo que isso implique em menos articulação com outros serviços e políticas públicas.
- d) A gestão de benefícios no SUAS exige uma articulação intersetorial e a integração de ações que promovam a autonomia e a inclusão social dos beneficiários, evitando que a assistência se reduza a uma mera transferência de renda e contribuindo para a efetivação dos direitos sociais.
- e) A gestão de benefícios no SUAS deve focar exclusivamente nos critérios de elegibilidade e na fiscalização rigorosa dos beneficiários, para evitar fraudes, independentemente das condições sociais em que eles se encontram.

35. A transferência de renda é uma estratégia central na política de assistência social para a redução da pobreza e a promoção da inclusão social. No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), programas como o Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil) têm sido amplamente debatidos em termos de sua eficácia e impacto. Segundo Tavares (2015), a transferência de renda deve ser analisada não apenas como uma medida compensatória, mas como parte de um sistema mais amplo de proteção social que deve incluir mecanismos de acompanhamento e articulação com outras políticas públicas. O objetivo é evitar a dependência do benefício e promover a inclusão social e a autonomia dos beneficiários. No entanto, essa abordagem enfrenta desafios, incluindo a necessidade de avaliar o impacto real das transferências e garantir que elas contribuam para a melhoria das condições de vida dos indivíduos de forma sustentável.

Pergunta:

De acordo com o referencial teórico de Tavares (2015) sobre a transferência de renda no SUAS, qual das seguintes alternativas reflete uma análise avançada dos desafios e considerações na implementação de programas de transferência de renda?

- a) A transferência de renda deve ser implementada como uma solução isolada, sem a necessidade de integração com políticas de saúde, educação e emprego, para garantir a simplicidade administrativa.
- b) Programas de transferência de renda devem focar exclusivamente em aumentar o valor dos benefícios concedidos, sem considerar mecanismos de acompanhamento e articulação com outras políticas públicas.
- c) Programas de transferência de renda devem ser ajustados periodicamente apenas com base em avaliações quantitativas de desempenho, sem levar em conta as mudanças nas condições sociais e econômicas dos beneficiários.
- d) A transferência de renda deve priorizar a redução de custos administrativos e a concessão rápida dos benefícios, mesmo que isso signifique minimizar a articulação com serviços sociais e políticas complementares.
- e) A eficácia da transferência de renda está condicionada à sua integração com políticas de saúde, educação e emprego, incluindo mecanismos de acompanhamento e avaliação que assegurem a promoção da autonomia e a inclusão social dos beneficiários.

36. Segundo Yamamoto (2010), a ética profissional deve ser entendida como um processo dinâmico e reflexivo, que envolve a capacidade de tomar decisões ponderadas em contextos complexos e frequentemente contraditórios. A atuação ética não se limita à conformidade com normas, mas exige uma constante reflexão crítica sobre o impacto das ações profissionais e a sua adequação ao contexto social.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Yamamoto (2010) e na importância da ética profissional no Serviço Social, qual das seguintes alternativas melhor reflete a abordagem avançada da ética na prática profissional?

- a) A ética profissional deve ser compreendida como um conjunto fixo de regras que, uma vez conhecidas, permitem ao profissional agir sem necessidade de reflexão adicional sobre o impacto social de suas ações.
- b) A prática ética no Serviço Social pode ser ajustada conforme a conveniência pessoal do assistente social, desde que esteja em conformidade com as normas estabelecidas pelo Código de Ética.

- c) A conformidade com o Código de Ética é suficiente para garantir a prática ética no Serviço Social, independentemente das condições específicas e das necessidades dos usuários.
- d) A ética profissional no Serviço Social deve ser aplicada exclusivamente em situações de grande visibilidade pública, sendo menos relevante em contextos de atendimento individualizado e cotidiano.
- e) A ética profissional requer uma reflexão contínua e crítica, permitindo que o assistente social analise e avalie o impacto de suas decisões e ações no contexto social e nas condições dos usuários, ajustando sua prática conforme necessário para promover justiça e respeito.

37. O Código de Ética do Assistente Social, conforme discutido por Pires (2017), fornece diretrizes importantes sobre como os profissionais devem conduzir suas práticas, garantindo que respeitem a dignidade dos indivíduos e promovam a justiça social. No entanto, a ética profissional vai além da adesão às normas; ela envolve uma reflexão crítica constante sobre as implicações sociais e individuais das decisões e ações dos assistentes sociais. A capacidade de analisar e responder adequadamente a situações éticas desafiadoras é fundamental para a prática responsável e eficaz da profissão.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Pires (2017) sobre ética profissional no Serviço Social, qual das seguintes alternativas melhor reflete uma compreensão avançada das complexidades e desafios envolvidos na prática ética?

- a) A ética profissional pode ser aplicada de forma rígida e inflexível, sem necessidade de consideração dos contextos específicos ou das circunstâncias individuais dos usuários.
- b) Dilemas éticos devem ser resolvidos exclusivamente com base na interpretação literal das normas do Código de Ética, desconsiderando o contexto social e as especificidades das situações enfrentadas pelos assistentes sociais.
- c) A adesão às normas do Código de Ética é suficiente para garantir a prática ética, desde que os assistentes sociais não transgridam as regras estabelecidas, independentemente das condições ou pressões externas.
- d) A prática ética no Serviço Social exige uma abordagem reflexiva e adaptativa, que considere as nuances das situações e as consequências das decisões, promovendo a justiça e a dignidade dos usuários de forma contextualizada.
- e) Questões éticas são secundárias na prática do Serviço Social, sendo mais relevantes apenas em situações de alta visibilidade e impacto público.

38. Segundo Soares (2018), a Lei Maria da Penha representa um avanço significativo no enfrentamento da violência doméstica no Brasil, pois não apenas introduz uma abordagem mais eficaz para a proteção das mulheres, mas também prevê a articulação entre diferentes esferas do sistema de justiça e políticas públicas para a efetiva aplicação das medidas. No entanto, a implementação da lei enfrenta desafios relacionados à efetividade das medidas protetivas e à capacitação dos profissionais envolvidos.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Soares (2018) sobre a Lei Maria da Penha, qual das seguintes alternativas reflete uma compreensão avançada dos principais desafios e avanços proporcionados pela lei?

- a) A Lei Maria da Penha prevê apenas a aplicação de penas criminais aos agressores, sem a necessidade de medidas protetivas ou de articulação com outros setores de apoio às vítimas.
- b) A Lei Maria da Penha proporciona um avanço significativo ao introduzir medidas protetivas e mecanismos de suporte às vítimas, mas enfrenta desafios relacionados à efetiva implementação das medidas e à capacitação dos profissionais, exigindo articulação entre diferentes esferas e políticas públicas.
- c) A efetividade da Lei Maria da Penha está garantida apenas pela existência das medidas protetivas, sem a necessidade de integração com políticas públicas e de capacitação contínua dos profissionais envolvidos.
- d) A Lei Maria da Penha limita-se a definir a violência doméstica e familiar sem incluir diretrizes específicas para a proteção das vítimas ou a atuação dos órgãos responsáveis pela sua aplicação.
- e) A aplicação das medidas previstas pela Lei Maria da Penha é secundária, com foco principal na punição dos agressores e não na proteção e suporte contínuo às vítimas.

39. Segundo Carvalho (2020), a Lei Maria da Penha é inovadora ao integrar a prevenção, a assistência e a proteção, além de estabelecer diretrizes para a atuação conjunta de diferentes órgãos e serviços. No entanto, a efetiva implementação da lei enfrenta desafios relacionados à aplicação prática das medidas protetivas, à formação contínua dos profissionais e à articulação entre o sistema de justiça e as redes de apoio.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Carvalho (2020) sobre a Lei Maria da Penha, qual das seguintes alternativas melhor descreve uma compreensão avançada dos desafios e dos avanços proporcionados pela lei?

- a) A Lei Maria da Penha concentra-se exclusivamente em medidas protetivas e de punição aos agressores, desconsiderando a necessidade de uma abordagem integrada que envolva assistência e apoio contínuo às vítimas.
- b) A implementação efetiva da Lei Maria da Penha é facilitada pela existência de diretrizes claras para a atuação de órgãos e serviços, mas enfrenta desafios significativos em termos de articulação entre o sistema de justiça e as redes de apoio às vítimas, além da necessidade de capacitação constante dos profissionais.
- c) A Lei Maria da Penha é eficaz na proteção das vítimas apenas na medida em que se concentre na aplicação de penas severas aos agressores, sem considerar a importância da articulação com políticas públicas de assistência e apoio.
- d) A lei prioriza a assistência jurídica às vítimas, com pouca atenção às medidas de proteção imediata e à formação dos profissionais responsáveis pela aplicação das medidas protetivas.
- e) O avanço proporcionado pela Lei Maria da Penha se limita à criação de uma rede de apoio de emergência, sem a necessidade de integração com outros sistemas de proteção e políticas públicas.

40. De acordo com Silva (2019), a LOAS é um avanço na consolidação dos direitos sociais ao instituir a assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado. A lei define a assistência social como uma política pública de seguridade social não contributiva, que visa assegurar a proteção social básica e especial, e estabelece a necessidade de uma rede integrada de serviços e ações. No entanto, a efetivação da LOAS enfrenta desafios, como a insuficiência de recursos, a dificuldade de integração entre os diversos níveis de governo e a necessidade de fortalecimento dos serviços e programas.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Silva (2019) sobre a LOAS, qual das seguintes alternativas melhor reflete uma compreensão avançada dos principais aspectos e desafios da implementação da Lei nº 8.742/1993?

- a) A implementação da LOAS enfrenta desafios significativos, como a insuficiência de recursos e a dificuldade de articulação entre diferentes níveis de governo, que impactam a efetividade da política de assistência social e a necessidade de uma rede integrada de serviços e programas.
- b) A LOAS define a assistência social como um direito do cidadão, mas a implementação efetiva da lei não requer a integração com outras políticas públicas ou a criação de uma rede integrada de serviços, focando apenas na proteção social básica.
- c) A LOAS estabelece a assistência social como um direito não contributivo, mas a efetividade dessa política depende exclusivamente da disponibilidade de recursos financeiros, sem considerar a necessidade de articulação e integração entre os diversos níveis de governo.
- d) A LOAS prioriza a criação de mecanismos de proteção social exclusivamente na esfera federal, sem a necessidade de colaboração com os estados e municípios, e não estabelece diretrizes para a integração com outras políticas públicas.
- e) A LOAS é eficaz na garantia de direitos sociais ao instituir a assistência social como um direito do cidadão, mas os desafios relacionados à insuficiência de recursos e à falta de articulação entre os níveis de governo não afetam a implementação da política.

41. De acordo com Campos e Souza (2021), a LOAS institui a assistência social como um direito não contributivo, assegurado a todos os brasileiros que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, e define a necessidade de uma gestão descentralizada e participativa para sua efetiva implementação. A lei prevê a criação de sistemas de proteção social articulados entre União, Estados e Municípios, mas a aplicação prática enfrenta desafios como a integração das políticas públicas, a eficácia da gestão e a alocação de recursos. Estes desafios têm implicações diretas na eficácia dos serviços oferecidos e na garantia dos direitos previstos.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Campos e Souza (2021) sobre a LOAS, qual das seguintes alternativas oferece a melhor análise dos aspectos e desafios da implementação da Lei nº 8.742/1993?

- a) A LOAS define a assistência social como um direito não contributivo e estabelece diretrizes para uma gestão descentralizada, porém a integração das políticas públicas e a alocação de recursos não são questões críticas para sua implementação efetiva.
- b) A LOAS assegura a proteção social básica e especial, mas a implementação da lei é simplificada pela centralização das ações e a ausência de necessidade de articulação entre União, Estados e Municípios.
- c) A efetiva implementação da LOAS é prejudicada por desafios significativos, como a necessidade de uma gestão descentralizada e participativa, integração entre diferentes políticas públicas e a alocação adequada de recursos, afetando a eficácia dos serviços e a garantia dos direitos.
- d) A LOAS prioriza a criação de sistemas de proteção social apenas na esfera federal, sem a necessidade de articulação com os Estados e Municípios, e os desafios relacionados à alocação de recursos são secundários para a implementação da política.
- e) A LOAS é eficaz na garantia dos direitos sociais ao instituir a assistência social como um direito não contributivo, mas os desafios relacionados à gestão descentralizada e à integração das políticas públicas não têm impacto significativo na implementação da lei.

42. A Lei nº 8.742/1993, conhecida como LOAS, estabelece as bases para a estruturação da política de assistência social, definindo suas diretrizes e competências. Segundo Oliveira e Lima (2022), a assistência social no Brasil é organizada de forma descentralizada e participativa, envolvendo a União, Estados e Municípios, com a implementação de políticas públicas coordenadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A LOAS define a assistência social como uma política não contributiva e determina a criação de serviços e programas específicos para a proteção social básica e especial. No entanto, a prática dessa organização enfrenta desafios significativos relacionados à articulação entre diferentes níveis de governo, à gestão dos recursos e à efetividade das ações implementadas.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Oliveira e Lima (2022) sobre a organização da Assistência Social, qual das seguintes alternativas melhor reflete uma análise avançada dos principais desafios e aspectos da organização da política de assistência social no Brasil?

- a) A estrutura da Assistência Social é descentralizada e participativa, envolvendo a União, Estados e Municípios na coordenação das políticas públicas, mas enfrenta desafios como a integração entre níveis de governo, gestão de recursos e eficácia das ações implementadas.
- b) A LOAS define a Assistência Social como uma política contributiva, com a descentralização e a participação dos diferentes níveis de governo sendo irrelevantes para a implementação efetiva dos serviços e programas.
- c) A organização da Assistência Social no Brasil é centralizada e uniformizada, com a União assumindo a total responsabilidade pela execução das políticas e a articulação com Estados e Municípios sendo secundária para a eficácia das ações.
- d) A implementação da política de Assistência Social é facilitada pela centralização das ações e pela ausência de necessidade de coordenação entre União, Estados e Municípios, com a gestão de recursos não impactando a efetividade dos serviços.
- e) A LOAS estabelece a assistência social como uma política pública de caráter contributivo e a organização descentralizada e participativa não é essencial para a realização dos objetivos da assistência social.

43. De acordo com Almeida e Costa (2021), enquanto o Estudo Social é voltado para a intervenção e planejamento das ações sociais, a Perícia Social é voltada para fornecer subsídios técnicos e objetivos ao Judiciário, baseando-se em uma abordagem técnica e imparcial.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Almeida e Costa (2021) sobre Estudo Social e Perícia Social, qual das seguintes alternativas melhor descreve a diferença entre essas duas ferramentas e os desafios associados à sua aplicação?

- a) O Estudo Social e a Perícia Social são intercambiáveis, ambos focados na análise técnica dos casos sociais, sem diferenças significativas em suas finalidades ou aplicação prática.
- b) O Estudo Social é utilizado exclusivamente para fornecer informações técnicas em processos judiciais, enquanto a Perícia Social se concentra na compreensão das condições de vida para orientar a intervenção social.
- c) O Estudo Social busca compreender a realidade social e as condições de vida para formular intervenções, enquanto a Perícia Social fornece análises técnicas e imparciais para o Judiciário, enfrentando desafios na objetividade e na técnica devido à complexidade dos casos.

- d) A Perícia Social é uma ferramenta metodológica utilizada para planejar intervenções sociais, enquanto o Estudo Social é voltado para fornecer subsídios ao Judiciário com uma abordagem técnica.
- e) Ambas as ferramentas, Estudo Social e Perícia Social, têm o mesmo objetivo de análise técnica para o planejamento de intervenções e para fornecer informações ao Judiciário, sem diferenças na abordagem ou aplicação.

44. Segundo Pereira e Santos (2023), o Relatório Social é elaborado com base em informações coletadas através de entrevistas, observações e outros instrumentos metodológicos, e serve tanto para subsidiar a intervenção social quanto para fornecer um diagnóstico detalhado das necessidades e potencialidades dos sujeitos. A elaboração de um Relatório Social eficaz exige habilidades de análise crítica, capacidade de sintetizar informações complexas e a habilidade de apresentar os dados de forma clara e objetiva. Além disso, é fundamental que o relatório respeite os princípios éticos da profissão, incluindo a confidencialidade e o respeito aos direitos dos envolvidos.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Pereira e Santos (2023) sobre Relatório Social, qual das seguintes alternativas apresenta a análise mais avançada sobre os aspectos e desafios associados à elaboração de um Relatório Social?

- a) O Relatório Social deve ser elaborado exclusivamente com base em dados quantitativos e não precisa integrar a análise qualitativa das condições sociais, sendo a objetividade o único critério de importância.
- b) A eficácia do Relatório Social é garantida apenas pela coleta detalhada de dados, sem a necessidade de considerar a análise crítica e a apresentação clara das informações, além da observância dos princípios éticos.
- c) O Relatório Social é predominantemente uma ferramenta técnica, focada em documentar apenas aspectos objetivos das condições sociais, sem necessidade de refletir sobre a complexidade das necessidades e contextos dos sujeitos.
- d) A elaboração do Relatório Social exige uma combinação de coleta de dados qualitativos e quantitativos, análise crítica e capacidade de síntese, respeitando princípios éticos como a confidencialidade e o direito ao respeito dos sujeitos envolvidos.
- e) A apresentação do Relatório Social não precisa considerar a clareza e a objetividade das informações, sendo suficiente a inclusão de dados desestruturados e a falta de respeito aos princípios éticos da profissão.

45. O Laudo Social é um documento técnico elaborado por profissionais de Serviço Social que fornece uma análise detalhada das condições sociais de indivíduos e famílias, com o objetivo de subsidiar decisões em contextos diversos, como processos judiciais, concessão de benefícios ou intervenções institucionais. Segundo Ferreira e Silva (2022), laudo deve respeitar os princípios éticos da profissão, como a confidencialidade, e deve ser baseado em uma metodologia rigorosa para garantir sua validade e eficácia. Além disso, a aplicação prática do Laudo Social enfrenta desafios relacionados à necessidade de objetividade e à integração das informações no processo decisório.

Com base no referencial teórico de Ferreira e Silva (2022) sobre Laudo Social, qual das seguintes alternativas reflete de forma mais precisa a complexidade e os desafios associados à elaboração e à aplicação do Laudo Social?

- a) A elaboração do Laudo Social exige a integração de dados qualitativos e quantitativos, uma análise crítica e uma apresentação objetiva das informações, respeitando princípios éticos como a confidencialidade e a proteção dos direitos dos sujeitos envolvidos.
- b) A eficácia do Laudo Social é assegurada apenas pela precisão dos dados coletados, independentemente da análise crítica das informações e da clareza na apresentação, sendo os princípios éticos considerados secundários.
- c) O Laudo Social deve focar exclusivamente na coleta de dados quantitativos e na elaboração de uma análise técnica simplificada, sem a necessidade de considerar aspectos qualitativos ou princípios éticos na apresentação dos resultados.
- d) O Laudo Social é predominantemente um documento técnico que não necessita de uma abordagem metodológica rigorosa ou de respeito aos princípios éticos, concentrando-se apenas na documentação de informações objetivas.
- e) A apresentação do Laudo Social pode ser desestruturada e informal, desde que o foco principal seja a inclusão de uma grande quantidade de dados coletados, sem a necessidade de análise crítica ou consideração dos princípios éticos.

46. As redes sociais desempenham um papel cada vez mais significativo no trabalho do assistente social, tanto como ferramenta de intervenção quanto como meio de comunicação e mobilização social. De acordo com Martins e Costa (2023), as redes sociais oferecem oportunidades para ampliar o alcance das práticas sociais, facilitar o acesso à informação e promover a participação comunitária. Contudo, seu uso também apresenta desafios, incluindo questões de privacidade, ética profissional e a necessidade de uma abordagem crítica em relação à veracidade e impacto das informações compartilhadas. No contexto da prática profissional, o assistente social deve ser capaz de integrar as redes sociais de maneira eficaz e ética, equilibrando as vantagens da conectividade com os riscos associados à exposição e manipulação de informações.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Martins e Costa (2023) sobre o uso de redes sociais no trabalho do assistente social, qual das seguintes alternativas oferece a análise mais avançada sobre os aspectos e desafios associados à integração das redes sociais na prática profissional?

- a) As redes sociais devem ser utilizadas pelos assistentes sociais exclusivamente para disseminar informações, sem a necessidade de considerar questões de privacidade ou a ética profissional na comunicação.
- b) O uso de redes sociais no trabalho do assistente social é eficaz para promover a participação comunitária e a mobilização social, mas não requer uma abordagem crítica quanto à veracidade das informações ou à gestão de privacidade e ética.
- c) As redes sociais são uma ferramenta secundária no trabalho do assistente social, que deve focar apenas em métodos tradicionais de intervenção e comunicação, desconsiderando a necessidade de abordar questões éticas e de privacidade.
- d) A integração das redes sociais na prática do assistente social pode ampliar o alcance das intervenções e facilitar a comunicação, porém é essencial abordar criticamente questões como privacidade, ética e a veracidade das informações para garantir a efetividade e a integridade da prática profissional.
- e) O uso de redes sociais deve ser restrito no trabalho do assistente social, devido ao alto risco de violação de privacidade e à falta de controle sobre a veracidade das informações, não sendo recomendada sua integração na prática profissional.

47. O papel das redes sociais no trabalho do assistente social tem se tornado cada vez mais relevante, oferecendo novas possibilidades para a prática profissional. Segundo Silva e Almeida (2023), as redes sociais podem ser utilizadas para promover a participação social, facilitar a comunicação e ampliar o alcance das intervenções. Contudo, o uso dessas ferramentas também levanta desafios significativos, como a necessidade de garantir a privacidade dos usuários, assegurar a ética na comunicação e verificar a veracidade das informações compartilhadas. Os assistentes sociais devem integrar as redes sociais com uma abordagem crítica e estratégica, considerando tanto as oportunidades quanto os riscos associados.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Silva e Almeida (2023) sobre o papel das redes sociais no trabalho do assistente social, qual das seguintes alternativas apresenta opção ERRADA conforme a análise mais precisa e avançada sobre a integração das redes sociais na prática profissional?

- a) As redes sociais devem ser utilizadas pelos assistentes sociais para promover a mobilização comunitária e facilitar a comunicação, mas é fundamental que esses profissionais abordem questões de privacidade, ética e a veracidade das informações para garantir uma prática responsável e eficaz.
- b) O uso de redes sociais é recomendado para assistentes sociais apenas para coletar dados quantitativos, sem a necessidade de considerar aspectos qualitativos ou éticos relacionados à privacidade e à veracidade das informações.
- c) As redes sociais podem ampliar o alcance das intervenções e facilitar a comunicação no trabalho do assistente social, mas o uso dessas ferramentas não exige uma análise crítica das informações ou uma abordagem cuidadosa em relação à privacidade e à ética profissional.
- d) Embora as redes sociais ofereçam oportunidades para a prática do assistente social, é necessário utilizar essas ferramentas com uma abordagem crítica, considerando a privacidade, a ética e a veracidade das informações para uma intervenção efetiva e ética.
- e) O uso das redes sociais no trabalho do assistente social deve ser evitado devido ao alto risco de violação de privacidade e à dificuldade de controle sobre a veracidade das informações, tornando sua integração na prática profissional inadequada.

48. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, é um marco legislativo fundamental para a proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. De acordo com Oliveira e Pereira (2023), o ECA prevê a criação de um sistema de garantia de direitos, que inclui a participação da família, da comunidade e do Estado. Os desafios na implementação do ECA incluem a necessidade de articulação eficiente entre os diversos órgãos e a adequação das políticas públicas às especificidades locais e individuais.

Pergunta:

Com base no referencial teórico de Oliveira e Pereira (2023) sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual das seguintes alternativas oferece a análise mais precisa e avançada sobre os aspectos e desafios da implementação dessa lei?

- a) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a proteção integral e prioridade absoluta para crianças e adolescentes, mas sua implementação é facilitada pela centralização das responsabilidades no governo federal e a desconsideração das especificidades locais.
- b) A Lei nº 8.069/1990 define a proteção integral e a prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, e sua implementação exige uma coordenação eficiente entre família, comunidade e Estado, considerando as particularidades locais e individuais.

- c) O ECA prevê uma abordagem única para todos os casos envolvendo crianças e adolescentes, não necessitando de adaptações locais ou articulação entre diferentes níveis de governo para garantir a efetividade das políticas públicas.
- d) A implementação do ECA é simples e direta, sem necessidade de articulação entre os órgãos responsáveis ou de adaptação das políticas públicas às realidades locais, uma vez que a lei fornece diretrizes universais e uniformes.
- e) O Estatuto da Criança e do Adolescente só é relevante em contextos urbanos e não precisa ser adaptado ou considerado em áreas rurais, onde as necessidades e desafios das crianças e adolescentes são considerados homogêneos.

49. A Lei nº 8.842/1994 estabelece a Política Nacional do Idoso, que visa garantir os direitos e promover o bem-estar dos idosos no Brasil. Conforme destacado por Almeida e Fernandes (2024), esta legislação define a criação de um sistema de proteção social que inclui direitos básicos como saúde, previdência, assistência social e participação social, e enfatiza a necessidade de políticas públicas intersetoriais para atender as necessidades específicas dessa faixa etária. O desafio na implementação da Política Nacional do Idoso reside na integração efetiva das ações entre diferentes esferas de governo e a garantia de recursos adequados, bem como na adaptação das políticas às diversas realidades regionais e às especificidades das condições de vida dos idosos.

Pergunta:

De acordo com o referencial teórico de Almeida e Fernandes (2024) sobre a Lei nº 8.842/1994 - Política Nacional do Idoso, qual das seguintes alternativas apresenta a análise mais avançada e precisa sobre os aspectos e desafios da implementação desta lei?

- a) A Lei nº 8.842/1994 estabelece um sistema de proteção social para os idosos, mas sua implementação é facilitada pela centralização das políticas e pela exclusão das especificidades regionais e das necessidades individuais dos idosos.
- b) A Política Nacional do Idoso é irrelevante para áreas rurais, onde as necessidades dos idosos são homogêneas e não requerem a coordenação intersetorial ou a adaptação das políticas públicas às condições locais.
- c) A implementação da Lei nº 8.842/1994 é simples, uma vez que a legislação fornece diretrizes universais que não necessitam de adaptações regionais ou articulação entre esferas de governo para atender às necessidades dos idosos.
- d) A Lei nº 8.842/1994 não demanda uma integração entre diferentes setores e esferas de governo, pois a política é voltada apenas para a criação de diretrizes gerais, sem necessidade de adaptação local ou recursos específicos.
- e) A Política Nacional do Idoso define a garantia de direitos como saúde, previdência e assistência social, e sua implementação requer a coordenação eficaz entre diferentes níveis de governo, a adaptação das políticas às realidades regionais e o fornecimento adequado de recursos.

50. A Lei nº 8.662/1993 é um marco na regulamentação do exercício da profissão de Assistente Social no Brasil. Ela estabelece as diretrizes para o exercício da profissão e define as atribuições e responsabilidades dos profissionais da área. Conforme enfatizado por Oliveira e Souza (2024), a lei é fundamental para garantir a qualificação e a regulamentação das práticas dos assistentes sociais, assegurando a implementação de normas e padrões que orientam a atuação profissional.

Com base no referencial teórico de Oliveira e Souza (2024) sobre a Lei nº 8.662/1993, qual das seguintes alternativas reflete de forma mais precisa e avançada os aspectos e desafios relacionados à regulamentação da profissão de Assistente Social conforme essa lei?

